

RECIPROCIDADE E REDISTRIBUIÇÃO NO EGITO ANTIGO DURANTE O NOVO IMPÉRIO*

*José Roberto Pellini***

PELLINI, J.R. Reciprocidade e redistribuição no Egito Antigo durante o Novo Império. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 12: 143-163, 2002.*

RESUMO: Nossa atenção principal neste artigo é descrever de que maneira funcionava o sistema de trocas praticado no Egito Antigo durante o Novo Império (1550-1070 a.C.). A economia do Egito neste período era, em nossa opinião, regida por dois princípios: Redistribuição e Reciprocidade. A redistribuição dominava a esfera estatal da economia, o que significa dizer que o excedente de produção das unidades domésticas aldeãs era coletado pelas autoridades centrais, estado e templos, e redistribuído entre seções particulares da sociedade de acordo com o status. Já a reciprocidade dominava a esfera aldeã e doméstica da economia, servindo não só como meio de alocação de produtos e serviços mas servindo principalmente como um meio de reforçar os laços sociais entre a comunidade.

UNITERMOS: Egito Antigo – Arqueologia – Economia – Trocas.

Introdução

Ao iniciarmos nosso mestrado sobre o sistema de trocas no Egito Antigo do Novo Império, percebemos que a moderna teoria econômica olha a economia, produção, distribuição e circulação de bens, como uma esfera separada das outras esferas sociais. Neste contexto, o indivíduo é visto pela maneira como maximiza sua satisfação através da escolha de determinados meios para alcançar

determinados fins. Isto acontece através de um grupo de motivações que são puramente econômicas, que não levam em conta outras motivações que possam interferir no processo. Parte-se da premissa de que a economia é o estudo da alocação de meios escassos para alcançar um dado fim. É nossa opinião que somente um sistema de mercado é que permite um alcance rápido e direto das metas e dos meios. Desta maneira, este tipo de concepção, ligada à escolha de meios alternativos dada uma situação de escassez, pode ser utilizada no estudo de sociedades onde a instituição do mercado, que funciona como o meio institucionalizado de escolha, exista. Quando a vida econômica está engastada a uma matriz institucional, que não a de sistemas de mercado, a análise a partir do postulado da escassez se torna infrutífera.

Nas sociedades onde o mercado não possui uma alta relevância, as motivações sociais são mais importantes que as motivações econômicas, onde

(*) Este artigo é um resumo de minha dissertação de mestrado defendida em 2000. Gostaria de agradecer aos Profs. Drs. Ciro Flammarion Cardoso e Elaine Farias Veloso Hirata, por terem participado da banca e terem oferecido seus valiosos conselhos. Agradeço também à FAPESP que financiou minha pesquisa durante o mestrado e à minha orientadora Profa. Dra. Maria B. B. Florenzano.

(**) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Doutorando em Arqueologia.

os meios e recursos são utilizados para se alcançar uma meta social e não econômica. As categorias e definições da moderna teoria econômica não são aplicáveis, portanto, aos estudos “trans-culturais” porque a estrutura teórica e os fenômenos isolados que apresentam, dinheiro, crédito, demanda etc., desempenham funções institucionalizadas na moderna economia. O problema é que, às vezes, estes conceitos são confundidos e mal aplicados, isto se deve ao fato de que o processo de generalização da teoria econômica se associou à noção de economia de mercado como um paradigma para as análises econômicas, não levando em conta as singularidades de cada cultura. Não só a teoria econômica, atrelada à noção de economia de mercado, se vê separada das outras instituições, como conceitos tais como dinheiro, capital, lucro, demanda, entre outros, têm seu fundamento em instituições atuais. Desta maneira, aplicar conceitos de mercado a instituições que não possuem mercado, pode falsear os resultados.

A nosso ver, as trocas e contratos nas civilizações antigas representavam um fenômeno social total que abrangia todos os tipos de instituições, religiosas, morais, jurídicas, familiares, econômicas. Como salientou Mauss (1923-24) em seu clássico artigo, tais sociedades adotavam formas especiais de produção e consumo, ou melhor, de prestações e distribuições (Mauss 1923-24: 157). Essas prestações tomam forma de dons e contra dons. Este fenômeno está presente na maioria das sociedades antigas, mesmo naquelas que possuíam mercado, no sentido de um local fisicamente definido, onde as trocas aconteciam. O papel deste mercado nestas sociedades não se restringia aos aspectos econômicos da troca, sendo palco de festividades e todo tipo de cerimônia. Não são os indivíduos em si que negociam, mas as sociedades como um todo que se obrigam, trocam e compram. Os indivíduos que se apresentam nas trocas são indivíduos morais. O intercâmbio não é só de bens, mas de ritos, serviços, mulheres e gentilezas, onde a circulação de bens materiais é só uma das etapas da relação. É uma economia onde atuam símbolos puramente destinados ao comércio e outros destinados ao fortalecimento dos laços sociais. Desta maneira, podemos dizer que nas sociedades antigas não existia economia, mas instituições sócio-econômicas e culturais.

O conceito de fenômeno social total desenvolvido por Mauss foi um dos pontos de partida para

a teoria substantivista, contraponto e crítica da teoria formalista. Para os substantivistas, o atributo mais universal da economia é a sua organização através de instituições. Estas instituições existem em contextos culturais específicos, sendo que elas são melhor entendidas como um processo ou um sistema. Assim, é a unidade que precisa ser analisada e não ações individuais, que buscam maximizar o acesso a meios escassos. Examinando essas instituições é possível analisar o processo econômico entre culturas nos termos de suas similaridades e diferenças (Bleiberg 1996: 7). Os substantivistas dão primazia às relações sociais, enfatizando as variedades de arranjos da organização da produção, distribuição e consumo de recursos. Devido à atenção dispensada às instituições, o contexto cultural passa a ser fundamental para o substantivismo. Isto porque nas sociedades pré-industriais a economia serve para cimentar as relações sociais, em contraste com a economia de mercado que anula o processo social tornando-o subserviente à economia (Polanyi 1965). Para Dalton (1967), as transações econômicas fortalecem as relações sociais bem como realocam produtos onde eles são necessários. É a estrutura social que fornece a motivação para as ações econômicas. No olhar dos substantivistas, ações individuais só são relevantes dentro de uma estrutura e de um contexto. O conhecimento dessa estrutura em seu conjunto é essencial para se entender o significado de uma ação individual.

Em outras palavras, para os substantivistas, a economia está imbricada nas relações sociais, podendo, portanto, ser analisada contextualmente como parte de um sistema cultural regional ou local. O foco principal está nas relações entre os indivíduos e nos diferentes mecanismos de troca, seja este a redistribuição, a reciprocidade ou o mercado. Estes diferentes mecanismos atuam integrando princípios organizacionais referentes à terra, alocação de trabalho e o movimento de produtos entre os indivíduos. Desta forma, a economia pode ser vista como engastada a instituições de caráter tanto econômico como extra-econômicos.

Para Polanyi (1965), a economia de mercado só tem dominado o sistema de alocação de produtos e serviços a partir do século 19. Nas sociedades não comerciais, o sistema de alocação é regido pela redistribuição e pela reciprocidade. Nessas sociedades, os indivíduos são condicionados a participar do sistema redistributivo, sendo

que este sistema não é visto necessariamente como um meio de aquisição. Produtos são alocados dentro de uma sociedade por aqueles que necessitam, sem que haja uma motivação econômica explícita. Assim, os sistemas de redistribuição e reciprocidade servem à mesma proposta que os mercados nas sociedades ocidentais modernas.

Outro conceito que nos foi de extrema importância no estudo das trocas no Egito Antigo foi o conceito de esferas de troca desenvolvido por Bohannan (1955).

Esferas de troca ocorrem quando valores pertencentes a um determinado grupo de valores não podem ser diretamente ou facilmente convertidos em valores pertencentes a outro grupo, sem que alguém quebre alguma proibição, ou sem que se perca prestígio de alguma forma. Esferas de troca podem se apresentar de diversas formas e podem operar na sociedade em diferentes rumos: 1) elas podem aparecer envolvendo tipos similares ou diferentes de meios de distribuição. Em algumas sociedades, o mesmo tipo de instrumentos de distribuição pode ser descoberto em todas as esferas de troca, já em outras sociedades, os meios utilizados para efetuar a distribuição variam de acordo com as esferas de troca; 2) as esferas de troca podem ser hierarquizadas. Uma hierarquia de esferas de troca pode ocorrer devido ao fato de as esferas serem associadas com diferentes elementos rituais, como, por exemplo, a existência de esferas sagradas e profanas, ou simplesmente devido a diferenças de valorização econômica, pois certos produtos podem envolver mais força de trabalho ou escassez de matéria prima. Nessa esfera, produtos valiosos e ordinários (definidos culturalmente) são trocados separadamente. Esferas de troca sem algum tipo de hierarquização são descobertas em sociedades onde poucos elementos rituais estão associados às trocas. Bohannan, em seu artigo sobre as esferas de troca, nos dá um bom exemplo de esferas hierarquizadas. O autor observou que havia entre os Tiv, da Nigéria, uma esfera de subsistência (troca de alimentos, utensílios domésticos, certas ferramentas e matéria prima), uma esfera de prestígio (escravos, gado, roupas brancas, anéis metálicos) e uma esfera superior, que era relacionada aos direitos relativos ao matrimônio (Bohannan 1955: 125-29). Mesmo dentro desta última esfera, certas sub-esferas puderam ser identificadas, como, por exemplo, o direito ao ventre da esposa, que não era adquirido com o casamento.

A existência de esferas de troca em uma sociedade não está relacionada ao grau de desenvolvimento econômico das sociedades, desde que esferas de troca ocorrem em diferentes sociedades em todos os níveis de desenvolvimento (Pryor 1977: 404). A presença de esferas de troca em uma sociedade, somente implica no fato de que cada sociedade tem múltiplos critérios na determinação do valor dos produtos e serviços. Produtos socialmente negociáveis podem ser trocados em esferas exclusivas, marcadas por diferentes meios institucionalizados e diferentes valores morais (Bohannan 1959: 492-493). Nesta concepção, embora as esferas permaneçam independentes e distintas, existem meios de converter os valores de uma esfera para a outra.

A hierarquização das trocas no Egito durante o Novo Império

Em minha Dissertação de Mestrado defendida em 2000 pela Universidade de São Paulo, pudemos identificar esferas específicas de troca para certos produtos no Egito Antigo. Mesmo contando com uma grande insuficiência de fontes mais específicas, que impossibilitaram uma análise quantitativa mais aprofundada devido a uma abordagem amostral muito difusa, pudemos traçar em linhas gerais os esquemas de troca praticados durante o Novo Império. Trabalhamos tanto com fontes escritas, papiros e ostracas, quanto com fontes iconográficas, todas relativas às trocas.

A partir dos dados coletados, pudemos observar que os alimentos, principalmente pães, cerveja, grãos, vegetais e óleo, eram tipicamente utilizados como meio de troca ou como meio de pagamento em uma esfera doméstica. Mel, leite e vinho eram produtos mais frequentes entre as oferendas. Entre os metais, ouro, prata e ferro eram mais utilizados entre os produtos do comércio externo. Bronze aparecia predominantemente entre os itens de oferenda, e o cobre, como meio de pagamento e também como oferenda. A madeira era um produto típico da esfera do comércio externo/tributo, tecidos e roupas eram itens predominantemente ligados às esferas de troca e venda.

As esferas de circulação de produtos, identificadas a partir de nossas fontes, puderam ser

agrupadas em certos blocos, distribuídos da seguinte forma: 1) esfera religiosa, que representa a esfera de oferenda; 2) esfera palacial, que inclui o comércio externo, tributo e presentes; 3) esfera doméstica, que engloba as trocas e os aluguéis, envolvendo principalmente alimentos, tecidos e sandálias.

O modelo econômico desenvolvido por Bleiberg (1984) para o Egito Antigo tem como hipótese que as transações econômicas eram realizadas de acordo com o tipo de transação e do status social dos participantes. O modelo foi elaborado com base na observação de que, nos Anais de Tutmés III, um mesmo produto poderia ser trocado e registrado sob diferentes rubricas. Como expôs o autor, a única diferença entre um boi negociado e registrado como *inw* e um outro boi registrado como *b3kw (t)*, era o pessoal envolvido nas relações de troca. Nos Anais, os produtos trocados e registrados como *inw* sempre envolviam o faraó e um indivíduo, e os produtos registrados como *b3kw (t)* envolviam duas instituições. Fica claro que, nesses casos, a importância estava centrada nos participantes e não na transação em si.

Segundo Janssen (1975), várias fórmulas eram utilizados para registrar uma relação de troca. Este é um outro indicativo de que as trocas eram realizadas de forma hierarquizada, isto porque, ao que parece, cada tipo de fórmula era utilizado para um tipo específico de troca. Assim, quando se trocam animais, a fórmula utilizada é uma, quando pessoas do templo ou do palácio estão envolvidas, as fórmulas são outras, quando pessoas do mesmo nível social estão negociando, as fórmulas serão também outras e assim por diante.

A circulação de bens na esfera doméstica egípcia

A estrutura econômica egípcia pode ser melhor descrita como organizada a partir do princípio da redistribuição, o que significa dizer que o excedente de produção das unidades domésticas aldeãs era coletado pelas autoridades centrais, estado e templos, e redistribuídos entre seções particulares da sociedade, oficiais, sacerdotes, exército, trabalhadores etc.. Este foi o sistema de alocação de produtos praticado no Egito Antigo. Em uma economia, como a egípcia, organizada pelo princípio da redistribuição, todos os produtos são coletados pela autoridade central e redirecionados

para outros setores da sociedade de acordo com o status social. Este sistema depende, de um lado, de um governo forte e centralizado e, de outro, de uma firme confiança na habilidade do governo de entregar os produtos e serviços. A redistribuição demanda relações pessoais que são reforçadas por responsabilidade mútua e confiança. Este sistema redistributivo, que foi provavelmente concentrado nas cidades e vilas, era assentado na forma de uma superestrutura sobre a sociedade aldeã, constituída de unidades domésticas largamente auto-suficientes.

Aqueles produtos que as unidades domésticas não produziam (sal, cobre, adornos, objetos de luxo) e que não vinham com a redistribuição, eram obtidos por troca direta entre os vizinhos, ou com os agentes do templo, responsáveis pela comercialização de uma parte dos produtos dos templos.

Um outro meio de obtenção de produtos, principalmente grandes quantidades de alimentos ou serviços excepcionais, como a construção de casas, foi o presente recíproco. O presente recíproco representava uma das estruturas de circulação de produtos e serviços. Embora o sistema de redistribuição domine a estrutura econômica, a reciprocidade é a estrutura de troca preponderante na esfera aldeã (Janssen 1982). Uns poucos textos, como por exemplo, o O. Michaelides 48 rect.¹ O. DM 222, O. DM 134, O. DM 643, O. Petrie 31, O. Cairo 25624, registram produtos doados por indivíduos em ocasiões especiais como festas,² casamentos³ e nascimentos. A maioria desses produtos era registrada no momento de sua doação, o que indica que não eram simples presentes, pois, além de seu significado social, eles possuíam uma relevância econômica (Mc Dowell 1999: 78).

(1) O. é a abreviação para Ostraca (cacos de potes cerâmicos ou pedaços de calcário que serviam para anotar transações ou manter pequenas contabilidades, exercícios de escrita ou desenhos) e P. é a abreviação para papiro.

(2) Este é um fenômeno muito verificado em Deir el Medina, onde, em festas como a do Ano Novo e a Bela festa do Vale, as pessoas presenteavam outras com quantidades de alimento ou objetos do cotidiano.

(3) Os contratos de casamento eram realizados entre o noivo e o pai da nubente. O dote, que geralmente consistia de jóias ou cereais, era avaliado em *deben* de prata e entregue à noiva. Com o desenvolvimento desses contratos, o dote deixou de ser pago em espécie no momento do casamento, sendo substituído por uma espécie de carta de crédito, que poderia ser utilizada pela noiva em caso de divórcio.

O comércio motivado pelo lucro não fazia parte da sociedade egípcia. Nos mercados e nas trocas, os preços eram fixados pelo valor de uso dos produtos e não pelo seu valor de troca. Para North (1977), é correto pensar que indivíduos possam utilizar o sistema de reciprocidade para obter vantagens econômicas. O ponto importante está na consideração dos métodos avaliáveis dentro de uma cultura, para alcançar os frutos das vantagens econômicas, status e prestígio. Para os egípcios, todo prestígio vinha diretamente do poder do Faraó. A habilidade de alcançar uma vida material privilegiada estava ligada aos serviços prestados a instituições reais e divinas (Bleiberg 1996: 18).

Em uma comunidade essencialmente agrícola como a egípcia, os produtos avaliáveis para as trocas eram produtos dos campos, seja de maneira direta como os grãos ou indireta como tecidos ou outros produtos da manufatura doméstica.⁴ Trocas simples permaneciam na forma de escambo, mas, nos locais onde a vida econômica era mais intensa, os metais eram usados como produtos padrões, através dos quais, valores eram expressos no sistema de escambo.

Os metais eram usados para fixar e expressar os valores de preços, de produtos e serviços, servindo desta maneira de unidade de conta ou padrão de valor. Como próprio de um sistema onde “dinheiro”⁵ assumia um papel secundário na economia, já que era usado como unidade de conta e não como meio de troca, não se exigia um grande fluxo interno de metais. Para Kemp (1989: 259), metais eram usados não só como unidade de conta mas também como meio de pagamento, o que implica que uma certa quantidade de metais estivesse em circulação. A descoberta de dois tesouros datados do Novo Império, conhecidos

como tesouro El Till e Tesouro de Tod, tem sido interpretada nesta direção por alguns egiptólogos, principalmente por Kemp (1989: 244), que viu nestes tesouros a prova de que ouro e prata estavam em circulação em uma quantidade considerável. Para Bleiberg (1996), estes tesouros representam apenas um lote de metais e jóias roubadas, e acrescenta que mesmo que estes tesouros representem riqueza conversível, como acredita Kemp, eles não teriam como reentrar na economia, desde que somente o estado é que poderia adquirir metais, já que a produção desses era um monopólio do Estado. Uma das poucas formas de se adquirir metais no Egito Antigo, era através da recompensa real, que durante o Novo Império foi um ato institucionalizado através da cerimônia da “Janela das Aparências”. O palácio real (Cardoso 1987: 146), além de centro redistribuidor de produtos de subsistência, foi um centro visível de consumo e ostentação para muitos oficiais e burocratas relacionados à corte. Era no palácio que aconteciam as “Cerimônias de Recompensa”, no grande jardim. Essas cerimônias se realizavam em ocasiões especiais, e serviam para que o Faraó pudesse presentear alguns de seus súditos. Esses presentes eram recompensas pelos bons serviços dos *Imakhu* (os privilegiados), oficiais e burocratas que recebiam “os favores da presença do Faraó”, que constituíam doações de terra, ouro, pedras preciosas ou promoções. Esses presentes eram denominados *inw* (Bleiberg 1996; Liverani 1979). O *inw* foi parte do sistema de redistribuição real de produtos, geralmente itens de prestígio como objetos de ouro, a membros da família real, oficiais e burocratas, que eram recompensados por sua lealdade ou pelos bons serviços prestados. Por vezes, também, era dado ao *Imakhu* o direito de ir pessoalmente, de acordo com a sua necessidade, ao silo real retirar provisões. O acesso direto ao silo atribuía ao indivíduo grande status, pois era uma forma de ele operar individualmente a redistribuição, mas em uma escala menor.

O ouro, ao que parece, não foi muito usado internamente como unidade de conta. Seu alto valor imprimia cálculos excessivos nas negociações, o que tornava as trocas relativamente difíceis. Mas, para Daumas (1967: 29), o motivo do uso restrito do ouro deve-se a um motivo religioso, já que este metal era considerado sagrado, portanto sua utilização em transações profanaria seu valor

(4) Exemplos da troca de produtos envolvendo cereais pode ser encontrada em O. Cairo 25725, O. DM 552, O. DM 553, P. Turim 1907/8, O. Berlim 12405, P. Turim 1928, O. Gardiner 151, O. Berlim 10665; madeira e cestaria, em O. Petrie 51, O. Berlim 1268, O. Gardiner 171, O. Turim 9765, O. Gardiner 8, O. Berlim 14365, O. British Museum 29555, 11, O. DM 195, O. Gardiner 141, O. DM 213; para animais, ver O. DM 113, O. Turim 9753, O. Turim 6672, O. Berlim 12405, O. Cerny 5, O. Michael 14; para têxteis, ver O. Cairo 25585, O. Turim 9611, O. Gardiner 3, O. Edgerton 9, O. DM cat 195, O. Gardiner 33, O. DM 214, O. DM 183.

(5) Objetos ou produtos que serviam ao mesmo tempo de padrão de valor, unidade de conta e meio de pagamento.

religioso. Seja qual tenha sido o motivo, o certo é que o uso da prata e do cobre como padrões de valor foi mais difundido. A palavra prata, em egípcio *hd*, tinha o significado de instrumento de troca, meio de pagamento. O determinativo *hd* encabeçava a maioria das listas de preços. Exemplo: soma de prata = 8 *debens* de cobre. Neste exemplo, o significado da prata é mais geral, já que um outro metal é identificado na soma, o cobre (Cerny 1953-54: 914).

A unidade básica de peso pela qual os metais eram medidos foi o *deben*,⁶ um anel metálico, com um peso fixado em 91 g (Allan 1998: 136). O *deben* foi um sistema de peso decimal, sendo sua décima parte (9,1 g) chamada de *kite*. Segundo James (1984: 256), o *deben* foi muito mais um objeto concreto do que uma unidade abstrata e padronizada de valor. As primeiras referências ao *deben* são do Antigo Império (2575-2134 a. C.), quando o termo era escrito com o auxílio de um determinativo circular, que era usado também para abreviar a palavra *deben* em algumas circunstâncias.⁷ Apoiado nesta evidência, Weigall (1908) sugeriu que a palavra *deben*, nos períodos iniciais da história egípcia, representava anéis circulares vazados, que com o passar do tempo adquiriram um peso fixado, que mais tarde se tornou padrão. Um aspecto que reforça esta idéia é o fato de encontrarmos nas *Cartas de Heknakte*⁸ um pagamento realizado de maneira singular. *Heknakte* propõe como pagamento para seus arrendamentos de terra a soma de 24 cobres de *deben*. Aqui parece claro que *Heknakte* estava falando de objetos concretos, talvez anéis, que pesavam 1 *deben* cada, e não meramente de uma unidade de conta, pois neste caso diria 24 *deben* de cobre (James 1984: 245).

(6) Transações avaliadas em *deben* podem ser vistas em: O. Praga H 22, O. Cairo 25585, O. Turim 9611, O. Gardiner 66, O. Amarna, O. DM 127, O. DM 61, O. Berlim 10655, O. Petrie 14, O. Gardiner 162.

(7) Embora tenha sugerido a existência de um *deben* de 13 ou 14 gramas para o Antigo Império, Weigall não explica o porquê da mudança no padrão do peso no Novo Império que passa a pesar 91 gramas.

(8) As chamadas *Cartas de Heknakte*, são um grupo de sete papiros, descobertos em Tebas em 1922 pela expedição arqueológica do Metropolitan Museum of Art. Os documentos constam de quatro cartas e três papiros contendo contas e inventários que dizem respeito à gestão de terras. Os documentos são datados do Médio Império (2040-1640 a.C.).

Desde que o *deben* foi um peso e não uma moeda, é difícil de determinar no caso de um objeto de metal se o peso ou o preço é que era registrado. Em termos de preço, o egípcio não fazia distinção entre bronze e cobre.

Um outro meio de expressar os preços era comparar os produtos com um objeto de prata chamado *s't* ou *sniw*, que pesava 1/12 *deben*. Esta unidade tem sido traduzida convencionalmente como peça (Cerny 1953-54: 912), embora James (1984: 268) prefira uma tradução mais neutra como unidade. Cerny tem sugerido que a peça era um disco metálico de prata, com um peso fixado em 7,6 g, e que trazia uma inscrição que determinava seu valor e reconhecia a autoridade emitente, ou seja, algo muito parecido com a moeda. Mas é estranho, como têm apontado alguns egíptólogos, que até o momento, nenhuma peça foi descoberta em escavações. Não há provas que um objeto desta natureza tenha realmente existido, mas seu uso na determinação de preços foi difundido como atestam inúmeras fontes.⁹ Seu uso parece ter sido restrito às 19ª e 20ª dinastias. Pequenos valores de *sniw* eram expressos em *hin*, seis dos quais formavam uma peça. Entretanto, o *hin* foi originalmente uma medida de capacidade e não de valor. Assim, uma expressão do tipo “um objeto faz (custa) dois *hin*” pode indicar que o preço do objeto em questão foi o mesmo que o de dois *hin* de certo líquido. Como o *hin* era uma medida de capacidade muito usada para óleos, Cerny (1953-54: 913) supôs que os três tipos mais comuns de óleo, o *mrht*, o de gergelim e a gordura, possuísem o mesmo valor e, portanto, não haveria distinção entre eles. Mas os preços analisados por Janssen (1975) demonstram o contrário. Dos sete exemplos de óleo *mrht* expressos em *deben* nas listas de Janssen há apenas um com a cotação de 1 *deben* por *hin*, contra cinco exemplos de 0,5 *deben* por *hin* e um de 0,25 *deben* por *hin*. No caso da gordura, dos nove exemplos, apenas três têm a cotação de 1 *deben* por *hin*. Mas, para o óleo de gergelim, há mais de quatorze exemplos da cotação de 1 *deben* por *hin*. Desta maneira, pode-se concluir que a base da unidade de valor *hin* foi o óleo de gergelim que custava 1 *deben* por *hin* ou 1/6 de *sniw*. É evidente que a peça com sua subdivi-

(9) P. Ashmolean 1958.111, O. DM 232, I, O. Berlim 1268, P. Cairo 58070, O. DM 214, O. Gardiner 103, P. Berlim 9785, O. DM 49.

são em *hin* representava um sistema totalmente diferente do sistema de *deben*, que foi dividido em *kite*, fundado em uma base decimal.

O último meio de expressar valores era a avaliação em unidades de grãos. A medida usada aqui era o *khar* (saca), também uma medida de capacidade, avaliada em 76,88 l.¹⁰ O *khar* era dividido em *oipes*, que correspondia à sua quarta parte ou 19,22 l. O uso do *khar* era muito mais determinado pelo tipo de preço dos objetos que pela qualidade ou característica dos mesmos. Valores baixos eram geralmente expressos em *khar*. Mesmo assim, havia uma preferência em expressar o valor de cestarias e grãos neste sistema. Quando o objeto avaliado era, por exemplo, um recipiente, há dúvidas se o valor expresso é a capacidade do objeto ou seu preço, “uma cesta faz dois *oipe*”. Mas quando o objeto em questão deixa de ser um recipiente, a analogia ao preço é clara, “uma sandália faz dois *oipe*”

Em geral, as três unidades de conta eram livremente conversíveis. O rateio do *deben* e do *khar* estava fixado em 2:1. Mesmo que o valor do grão flutuasse, os egípcios possuíam uma idéia do padrão do valor do *khar*. Os rateios de *sniw* para o *deben* e para o *khar* eram mais fluidos, embora fossem passíveis de conversão. O rateio entre o *deben* e o *sniw* ficou estabilizado em 5:1 ao longo do Novo Império (Janssen 1975: 107).

A idéia de que o dinheiro era produto antes que valor, é uma importante indicação da perspectiva egípcia do comércio. Enquanto hoje em dia se tenta comprar barato e vender caro, as trocas praticadas no Egito eram baseadas na paridade. Cada parte na troca oferece algo de valor igual para a outra, na intenção de obter o produto desejado. Em todos os níveis sociais, o comércio representava um meio de se obter produtos e serviços e não a criação de lucro. A mentalidade dos egípcios era concreta em relação aos produtos e vaga em relação aos preços (McDowell 1999: 76). As trocas egípcias eram mais concretas que as nossas. Não era o lucro que se buscava, mas sim o objeto ou produto desejado. É esta mesma mentalidade concreta que faz os egípcios escolherem o *deben* de cobre quando objetos de metal

fazem parte da transação ou o *khar* quando cestarias e grãos eram avaliados, como nos é evidenciado por exemplo no O. British Museum 5643 onde encontramos “uma cesta *htp* custa $\frac{1}{4}$ *khar*” ou no O. Gardiner 65 onde vemos “chaleira de cobre custa 20 *deben*”. Sua noção de preço era vaga, pois era difícil determinar com exatidão o valor dos objetos. Costume e tradição tendiam a expressar o valor dos produtos. Como afirmou Janssen (1975a: 541), os preços egípcios eram maneiras grosseiras de avaliar a diferença de valores. Os egípcios eram interessados nos objetos e produtos, não em seu preço abstrato. Em todos os níveis sociais, comércio representava um meio de se obter produtos terminados e serviços e não a criação e a estocagem de riqueza.

A maioria dos produtos trocados nas vilas eram produtos feitos em casa. A produção doméstica feita por mulheres fazia parte estrutural do mercado local. Neste sentido, a atividade da mulher no mercado representa uma extensão da atividade dela dentro da economia doméstica, como fica evidenciado no P. Brooklin 351453 A e no O. Berlim 12630 (Eyre 1998: 173). Vendedores de itens produzidos em casa são inábeis em calcular os custos da produção, já que eles não tinham que comprar nenhum dos ingredientes (Bohannon e Dalton 1962: 8). Esta é uma das razões, mas não a única, para a certa estabilidade de preços na economia egípcia. Tradição e costume foram outros fatores importantes para esta manutenção. Flutuações de preço ocorrem, mas elas não influenciam decisivamente a rotina econômica. Para Kemp (1989: 249), tradição pode ser vista como um fator promotor do equilíbrio de oferta e procura. Se um artesão aumentasse o preço de seu produto, os compradores iriam procurar outro artesão com preços mais usuais.

Um ponto importante de ser considerado é a linguagem que era utilizada nas trocas. Gardiner (1906: 34) foi o primeiro a sugerir, a partir de suas análises do P. Berlim 9784 e do P. Mayer A. 8, o uso do verbo egípcio *ini* (trazer) no sentido de comprar. Em um clássico artigo, Peet (1932) desenvolveu esta idéia e tentou equiparar palavras egípcias a termos como compra e venda. Nesta direção, Peet também identificou o verbo *ini*, com o verbo comprar. Ele também associou o verbo *rdi*, dar, com o verbo vender. Embora o uso de *ini* como comprar possa fazer algum sentido, na opinião de Bleiberg (1996: 23), o real significado

(10) Produtos avaliados em *khar* podem ser vistos em: O. DM 260, O. Dm 50, O. Cairo 25572, O. Gardiner 105, O. Gardiner 172, O. Strasburgo H 84, O. Bruxelas E 6339.

da palavra *ini* pode ser deduzido do seu uso com a frase preposicional *r isw* ou *rdw*, que significam “em troca por”. Desta maneira, pode-se dizer que a tradução correta seria “adquirir em troca por”. Ainda na opinião de Bleiberg (1995: 1377), o uso de *rdj* como comprar ou vender é menos convincente, sendo melhor traduzido como “dar”. Segundo Nur el din (1994), tanto *rdi* quanto *ini* eram utilizados nas fórmulas de troca sempre em frases preposicionais, assim *rdi-rdb3*, (dar em troca) passa a significar vender, enquanto *r-db3* ou *in r-isw* significam comprar. A falta de um vocabulário específico para as operações de troca fica mais clara ainda quando passamos a considerar os termos utilizados para designar os participantes da transação. Em quase nenhum dos exemplos analisados por Janssen (1975) ou por Cerny (1973) fica claro quem é o comprador ou quem é o vendedor, o que em nossa opinião ressalta o caráter de escambo que existia neste tipo de transação.

As trocas no Egito Antigo eram realizadas em mercados – espaços físicos – ao ar livre (*mryt*), que geralmente se localizavam nos bancos às margens do Nilo, ou de casa em casa.¹¹ A grande maioria dessas transações era realizada verbalmente, com a presença de testemunhas, mas as trocas também podiam ser registradas por escrito. Quando um objeto de valor estava sendo negociado, ou quando um dos contratantes se sentia inseguro quanto às garantias do contrato, era costume tratar a convenção como um ato jurídico, registrando-a por escrito, através do auxílio do conselho local ou de um escriba (Allan 1998: 137). Outro tipo de transação que normalmente era registrada por escrito eram as doações de presentes como podemos ver em O. DM 643 ou no O. Petrie 51. Esses presentes eram registrados, pois se esperava que o agraciado, em uma ocasião futura, os retribuísse (Janssen; 1982: 257).

No direito egípcio existiam duas grandes categorias de contratos que registravam as trocas entre indivíduos. A primeira, na qual as prestações respectivas são imediatas de uma parte e de outra, e que assumiam a forma de venda. E a segunda são os contratos que comportam, em favor de uma das

partes, uma prorrogação do prazo de execução. Nessas operações se utilizam formulários de empréstimo, mesmo que a transação não trate verdadeiramente de um empréstimo, mas sim de outra convenção consentida a termo como depósitos, aluguel de objetos, venda a prazo ou a crédito (Menu 1982: 216). Os registros destas trocas podem ser de dois tipos: um em que o valor dos objetos é explicitado e outro em que o valor não é explicitado (Janssen 1975: 510).

No caso das operações de venda, ou seja, trocas baseadas na simultaneidade das prestações de ambas as partes, o ato de avaliação seguido do acordo sobre o preço constituem um elemento fundamental dessas transações. Esta seqüência de acontecimentos era chamada de *swnt* ou *sounet* (Menu 1998: 132).

Algumas idéias do processo de troca podem ser descobertas nas *Cartas de Heknakte*, sacerdote e proprietário de terras do Médio Império (2040-1640 a. C.). Os integrantes da casa de *Hekanakht*, que ficava em *Nebstyt*, são instruídos a arrendar terras utilizando como pagamento cobre, grãos, roupas ou outros produtos, mas fica clara a preferência por óleo. Assim, os diversos itens utilizados para o pagamento tinham que ser convertidos em óleo, e este era usado para efetuar os pagamentos. Esta prática parece ter sido comum em transações mais formais, como os arrendamentos (James 1984: 245). Desta maneira, um tipo de produto poderia ser especificado como um produto aceitável em certos tipos de transação. A especificação do tipo de produto utilizado para efetuar os pagamentos permitia uma maior precisão na hora de receber a quantia desejada.

Em resumo, após os acordos iniciais em relação ao produto e ao valor que deveria ser pago por ele, *sounet*, o indivíduo interessado em adquirir certo produto deveria dar ao vendedor um produto de igual valor para poder adquirir o objeto de seu interesse. Se o comprador não possuísse um produto que somasse a quantia necessária para efetuar o pagamento, ele saía em visita a amigos, parentes e vizinhos a fim de coletar o necessário para saldar o valor estipulado pelo vendedor. Assim, o comprador pedia “presentes”, que lhes eram concedidos pois, ao mesmo tempo em que o doador do presente tornava-se seu credor imediato, podendo ao seu tempo cobrar um presente de valor igual, maior ou menor, criava-se uma obrigação social entre as partes. Desta maneira o

(11) Um bom exemplo do uso da palavra *mryt*, no sentido de mercado pode ser visto no O. Brooklin 37.1880, traduzido e comentado por Janssen em seu *De Markt op de Oever*.

comprador reunia o valor necessário para adquirir o produto que ele desejava. Portanto, embora os preços fossem fixados em *deben*, *sniw* ou *khar*, o pagamento era feito com vários produtos, na maioria das vezes coletado entre vizinhos e parentes, que somassem a quantia estabelecida pelo vendedor (Allan 1998: 136). Quando objetos de metal eram utilizados nas trocas, fazia-se uso de balanças para verificar o peso dos objetos, a fim de determinar o preço correto. Como os objetos arrecadados pelo comprador nem sempre atingiam de maneira exata o preço estabelecido, a quantia que ultrapassasse em favor de qualquer deles seria anotada e reservada para uma futura transação (McDowell 1999: 74). Esta diferença também poderia ser paga com o que Cerny chama de “peças de metal batido” (Cerny 1953-54: 914). Mas este procedimento não era usual, a norma era que a pendência fosse levada adiante e debitada à parte referente em uma próxima negociação.

Todo este sistema é chamado por Janssen (1994: 135) de “abertura de um sistema de créditos”, no qual todos são credores e devedores de muitos outros e a atuação da comunidade é vista como uma participação de grande generosidade. Só um controle social forte poderia regular estas transações, a fim de punir os que abusavam do sistema em proveito próprio. Esse sistema baseia-se em trocas de relações, nas quais a manutenção das forças sociais coesas e as boas relações de vizinhança são o mais importante, já que várias pessoas podiam ser envolvidas em uma relação de troca. Sem dúvida, o sucesso do sistema dependia, em sua extensão, da verdade e da honestidade que existia entre as partes envolvidas em uma barganha. As admoestações preservam muito bem este tipo de conceito moral, bem como as composições nas portas. Nas palavras de *Amenemope*: “Não faça a escala desigual, ou use pesos falsos ou reduza as partes de medida de grão..... Não faça medida de capacidade para você mesmo, pois senão você descerá às profundezas. A medida é o olho de Rá, aquele que fraudar será humilhado. Aquele que usa seu olho com imprecisão o terá contra ele.” (Licheinstein 1976: 156).

Em um sistema como o apresentado acima, não há espaço para a formação de lucro através das trocas. Produtos eram adquiridos porque alguém, indivíduo ou instituição, necessitava deles. Não há formação de capital, não há investimento na ordem para aumentar a riqueza individual. Os

egípcios não acumulavam capital como riqueza através das trocas visando lucro. Havia outras forças que motivavam a economia. Dalton (1967) tem argumentado que as economias pré-industriais não reconheciam a economia como separada da estrutura sócio-cultural. Para ele, as transações econômicas cimentam as relações sociais bem como realocam produtos onde eles são necessários. A estrutura social fornece, neste caso, a motivação para as ações econômicas.

Ao lado dos contratos que registravam operações, que se caracterizavam pela simultaneidade das prestações de ambas as partes, temos as categorias de contrato a termo, ou seja, contratos em que existia uma prorrogação no prazo de execução. Os contratos deste tipo mais praticados eram os empréstimos e as cessões a termo.

Nos empréstimos, a principal obrigação do devedor era a de restituir a soma emprestada ao tempo combinado. Nos empréstimos há dois elementos fundamentais: transferência de mercadorias de uma parte e restituição de mercadorias ao fim de um certo tempo. Nesses contratos havia a possibilidade da existência de uma cláusula acessória, o pagamento de vantagens. Sua execução era garantida por juramentos, um sistema que teve uma evolução paralela à do próprio empréstimo. Exemplos de empréstimos podem ser encontrados em: O. Gardiner 137, O. Berlim 10655, O. DM 57, O. Petrie 60.

Tudo que abordava o juramento pronunciado pelo devedor constituía para o credor uma segurança contra o não pagamento da dívida (Allan 1998: 139). Em uma sociedade como a egípcia, as sanções religiosas eram particularmente temidas. Nos primeiros contratos de empréstimo, apenas o juramento do devedor estava presente, a despeito de outras formas de garantia. No final do Novo Império, garantias materiais são exigidas nos contratos. Garantias gerais sobre os bens do devedor passam a figurar nos contratos. Mais tarde, hipoteca sobre imóveis passa a ser a garantia do credor. Somente no período Ptolemaico é que surgirá a necessidade de terceiros, como uma espécie de fiador, nos contratos de empréstimo. (Menu 1982: 217).

No que concerne aos empréstimos de gênero, a operação se confunde muito facilmente com os depósitos e com o aluguel de serviços, pois todos são contratos gratuitos, em que o devedor tem como única obrigação a devolução do objeto

emprestado. Contratos de empréstimo e contratos de crédito também se confundem. Isto porque aquele que aceita ser pago a termo, concede na realidade um empréstimo, sem contar o fato de que muitos deles tinham as mesmas garantias e as mesmas sanções, ou seja, pena do dobro e 100 chicotadas em caso de não pagamento.

No Novo Império, os empréstimos de uso não eram gratuitos. Ao lado da tarifa convencional de 0,5 *oipe* de grão que os particulares aplicavam entre eles, existia uma tarifa legal que se refere aos empréstimos de interesse público ligados à corvéia. A taxa parece ter sido estável e era determinada pela duração do empréstimo. Os contratos eram gratuitos quando eram realizados por menos de dez dias, empréstimos de dez dias custavam 0,5 saca de grão e a partir do décimo até o trigésimo a taxa era de 1,25 sacas. As taxas eram calculadas em cereais mas poderiam ser pagas em qualquer item.

Nos empréstimos de gênero, a propriedade dos itens passa ao devedor que deve restituir uma quantia igual. Nos empréstimos de uso, a propriedade continua com o credor, que deveria, a seu tempo, ter a restituição do mesmo objeto. Em caso de extravio, além de restituir com um objeto similar o devedor pagava uma multa.

No caso das cessões a termo, também se encontra a existência de penalidades do dobro em caso de não cumprimento dos acordos. Os contratos desse tipo podem ser considerados como verdadeiras vendas, pois o princípio da simultaneidade é respeitado, devido ao fato de o vendedor entregar o produto da venda e se tornar titular de um crédito, que, com sorte, pode transformar-se no dobro do estipulado pela venda.

Um tipo de cessão a termo muito comum no Egito Antigo era a venda da colheita ainda no pé. Esses contratos geralmente aconteciam dois meses antes da colheita. No momento em que a safra era colhida, os grãos que haviam sido vendidos anteriormente eram remetidos aos compradores (Menu 1982: 319).

Somente eram registradas transações nas quais o valor total era alto. Trocas simples, envolvendo pequenos valores não necessitavam de registro, elas eram operações apenas verbais. Quando estavam envolvidos objetos considerados de valor mais alto, como camas, ataúdes, vasos de bronze ou gado, havia a necessidade de se procurar um escriba a fim de este redigir o registro. O fato de os contratos em *sniw* apresentarem valores baixos se

explica pelo fato de que o valor do *sniw* de prata era mais alto que o do *deben*, desde que 1 *sniw* equivalia a 6 *deben*. Transações com valores baixos só eram registradas em casos excepcionais (Janssen 1975: 513). Mas não há razões para acreditar que as trocas menores, verbais, fossem realizadas de maneira diferente. Preços abaixo de 1 *sniw* eram expressos em *hin* e preços abaixo de 1 *deben* eram expressos em *khar* e *oipe*. No geral, podemos dizer que os preços baixos eram calculados em *khar* e os preços altos em *deben* e às vezes em *swin*. O *khar* era preferido quando os grãos estavam envolvidos nas trocas, bem como o *deben* era preferido onde objetos de metal estavam presentes. Parece que a qualidade do material também influenciava na escolha da unidade de conta, pois nos registros de Deir el Medina, sandálias feitas de couro foram avaliadas em *sniw* enquanto as feitas de outro material eram avaliadas em *khar*. Claramente, a medida de valor foi menos abstrata para os egípcios do que o é hoje em dia para nós (Janssen 1975a).

Fora o comércio local entre particulares em uma mesma vila, onde as pessoas trocam produtos de acordo com suas necessidades pontuais, existia no Egito, particularmente durante o Novo Império, um comércio de escala maior. Esta forma de comércio dependia essencialmente das grandes instituições, templos e seus domínios, palácio e grandes proprietários rurais e era feita principalmente através da via fluvial. Estas trocas implicavam, geralmente, em grandes quantidades de produtos e colocavam em contato diversas regiões do país, o que gerava a necessidade da intervenção de intermediários e diferentes tipos de especialistas; transportadores, negociantes e seguranças. Além dos barqueiros e dos *mskbw*, outro tipo de profissional estava presente nas expedições comerciais. Eram os *swtjw*, agentes comerciais, que eram os responsáveis pela gestão e organização das transações comerciais¹² (Allan 1998: 153). Eles eram os especialistas na avaliação dos produtos e na conversão virtual do produto em uma unidade de conta. Não se trata de negociadores independentes, mas de empregados de uma instituição ou, em raras vezes, de um particular. São

(12) A presença dos agentes comerciais pode ser vista no: P. Lansing, P. BM 10068, P. Bolonha 1094, P. Ashmolean 1945.96, P. Boulaq 1094, P. Turim 2008+2016, P. Amiens.

eles os intermediários entre os produtores e os consumidores institucionais (Bickel 1998: 166). Ignora-se quase tudo a respeito de seu trabalho. Além das trocas dentro do Egito, eles podiam também se ocupar com o comércio externo.

Como boa parte do salário dos agentes e da tripulação era paga em forma de grãos, é possível que formassem algum excedente ao longo das viagens. Os agentes eram responsáveis por grandes quantidades de grãos, assim, pode-se imaginar que eles poderiam, à margem da contabilidade, dispor de pequenas quantias para seu próprio fim. Na opinião de Janssen (1975a), uma parte dessas rações poderia ser utilizada para as trocas em mercados locais, permitindo assim que pudessem usufruir outros alimentos que não apenas pão, durante a viagem. Algumas listas de rações indicam que uma parte do salário dos trabalhadores e dos oficiais dos barcos era calculada nos termos de pão e cerveja. Um salário básico consistia de dez pães e um terço de um jarro de cerveja (Cerny 1953-54: 129). Este sistema combinava uma distribuição real e uma distribuição nominal, sendo que esta última se dava na forma de crédito. O crédito, resultante da acumulação de rações não distribuídas, era registrado e poderia ser convertido em outros produtos.

A circulação de bens na esfera religiosa

No Egito Antigo, religião e economia andavam lado a lado e, embora seja difícil de acessar o grau desta interação, sabemos que o setor religioso, pelo menos durante o Novo Império, desempenhava um papel econômico de grande relevância.

Um aspecto importante da religião egípcia e que tinha um papel socio-econômico de grande significância diz respeito às oferendas.

A palavra *hetep nesu* (oferenda) era constituída em egípcio dos signos hieroglíficos que representavam o pão cônico e o jarro de cerveja, os dois elementos básicos da dieta egípcia. Segundo as fontes escritas e iconográficas, oferendas eram dirigidas aos deuses em todos os templos egípcios três vezes ao dia, no nascer do sol, no meio dia e no pôr do sol. Havia oferendas especiais em todos os festivais religiosos. As oferendas aos deuses eram apresentadas no interior dos templos sem a

participação do público. A partir das fontes arqueológicas, sabemos que as oferendas reais eram constituídas de objetos e bens de prestígio, muitos deles importados do Oriente Próximo e do Egeu, além de estátuas, armas, óleos, perfumes, incenso, sal, natrão, roupas e principalmente alimentos. A abundância, sem restrições, foi a marca das oferendas reais. As listas de oferendas nos fornecem um tipo de catálogo dos alimentos, provisões e bens que o Faraó estocava no tesouro real.

As oferendas eram também uma forma de manter a estabilidade da ordem cósmica e universal, desta maneira, as oferendas foram também referidas como “Presentes de Ma’at” (Englund 1987: 57). Um tipo especial de oferenda real que se tornou, desde cedo, uma importante instituição social, eram as chamadas “Oferendas que o Faraó dá”. Deuses e homens eram chamados de “os alimentados” e sua subsistência dependia da bondade do governante. Essas oferendas não só eram utilizadas para a manutenção do culto funerário real, como também eram usadas para os cultos dos *Imakhu*, os privilegiados, e para manter o culto divino. A obtenção desse tipo de oferenda para manutenção de ritos funerários foi um fator de prestígio social, político e econômico para os egípcios. Não só altos dignitários poderiam obter a concessão das “oferendas que o rei dá”, mas, oficiais menores ou outras pessoas ligadas ao Estado também eram contempladas. Esse tipo de oferenda atestava a superioridade do Faraó e aumentava seu prestígio e autoridade. “A aceitação das oferendas pelos deuses e pelos mortos era um reconhecimento da autoridade, uma promessa de obediência que ligava os deuses e os mortos, por um contrato moral, com aqueles que os alimentavam” (Moret 1972: 167). Assim, as oferendas reais tinham um claro caráter de reciprocidade entre o Faraó, os deuses e os mortos. “A doação de presentes aos deuses, mortos e ancestrais pode produzir abundância e riqueza, pois obriga os seres sagrados a retribuir sob a pena de serem considerados fracos e ineficientes. Assim, um dos primeiros seres com quem o homem operou trocas foram os deuses e espíritos dos mortos. Isto porque são eles os autênticos proprietários das coisas e de bens deste mundo. A destruição de bens nos sacrifícios ou sua imobilização nas tumbas tem a finalidade de ser devolvida. É com os deuses que se deve trocar e com eles que é mais perigoso não efetuar as trocas” (Mauss 1923 – 24: 173).

As oferendas reais eram motivadas pela reciprocidade (Godelier 1996: 12-15). Nas cenas de oferendas reais, o presente do Faraó provocava uma resposta imediata do deus, que estende seus braços, com o signo da vida, estabilidade e prosperidade nas mãos, e toca o nariz do Faraó em sinal de retribuição. Os egípcios consideravam que vivos, mortos e deuses possuíam as mesmas necessidades, hábitos e desejos. O requerimento básico era de comida, bebida, água para se lavar, perfumes e roupas, casa, descanso e diversão. Na concepção egípcia se existisse vida após a morte, estas deveriam ser as necessidades básicas, sendo responsabilidade do culto funerário supri-las. As oferendas de alimento formavam a parte mais importante do rito funerário diário, assim como a apresentação dos alimentos aos deuses nos templos. As oferendas reais eram de dois tipos. De um lado existiam as oferendas que tinham a intenção de mostrar aos deuses a riqueza, a bondade e o desprendimento material do Faraó, que se caracterizavam como oferendas demasiadamente suntuosas e tinham como objetivo obter do deus uma oferenda de igual ou maior porte. De outro lado, temos as oferendas aos deuses que representavam forças nefastas e destrutivas. Essas oferendas tinham como fim não só acalmar os deuses, mas também anulá-los.

As oferendas, em geral, não se davam apenas através de presentes materiais. O ato de devoção em si era tão importante quanto as oferendas materiais. Também as qualidades morais e mentais de um indivíduo eram como uma espécie de oferenda para os deuses. Com o passar do tempo, réplicas dos itens de oferendas, confeccionadas em incenso e pão, serviram para substituir as grandes quantidades de produtos que eram ofertados. Outra maneira de evitar o consumo exagerado de bens materiais, era proceder diante da capela do deus ou da tumba do morto, à leitura das listas de oferendas, o que evitava o gasto excessivo com diversos produtos. A tumba e todo o equipamento funerário eram considerados como um presente que o proprietário dava aos deuses. Presentes em espécie desde cedo foram substituídos por longas listas que relacionavam os itens ofertados, encabeçadas pela frase “milhares de oferendas de pão e cerveja, gado e aves, alabastro (em forma de vasos) e roupas” (Haring 1997).

A manutenção das tumbas e do culto funerário, em geral, era de responsabilidade de algum parente

do morto, ou da pessoa que cuidasse da fundação funerária do mesmo. O culto funerário no Egito Antigo tinha uma forte base legal. As fundações piedosas eram parte fundamental da sociedade egípcia e consistiam essencialmente de domínios agrícolas, que eram personificados por uma mulher carregando uma tábua de oferendas. Elas eram pensadas aparentemente para assegurar a manutenção perpétua do culto das estátuas, seja dos deuses, faraós ou indivíduos particulares. Elas tinham a forma de um fundo estabelecido por uma doação inicial de propriedade ou por contratos que assegurassem a renda em outros lugares, em geral, outras fundações. Este fundo tinha que se manter intacto e, a menos que fosse modificado por um acordo legal específico, era perpétuo. Existiam severas penalidades para aqueles que violassem ou danificassem alguma fundação piedosa, bem como as oferendas votivas. As rendas eram revertidas para aqueles que mantinham o culto. As mais importantes fundações religiosas foram os templos rituais mortuários, considerados como templo para as estátuas reais, com uma tumba real conectada que, atuando como um vasto relicário, dava enorme autoridade para aquilo que foi em essência um culto ancestral e um importante fator de estabilidade do governo. Esse fenômeno foi repetido em diferentes escalas através da sociedade egípcia, na forma de cultos privados funerários. Os arquivos, como o do faraó Neferirkara da 5ª dinastia, revelam uma administração detalhada das fundações piedosas.

Os egípcios mais abastados reservavam parte de suas rendas em vida para o estabelecimento de doações funerárias, sendo que a renda destas fundações era revertida em oferendas para sua tumba, quando fosse enterrado. Uma parte dessa renda era direcionada para os Servos do Ká, que eram os responsáveis pela manutenção do culto funerário e a apresentação das oferendas diante da estátua do morto. Pagamentos eram feitos também ao sacerdote leitor, para que recitasse certos hinos em festivais e dias especiais. Às vezes, um contrato era feito entre o proprietário da tumba e o Servo do Ká, para que se garantisse a oficialização de todos os cultos necessários. Esse contrato poderia aparecer nas estelas funerárias ou nas paredes do templo. Para alguns oficiais de maior importância, o Faraó colocava a estátua do morto em certos templos e os familiares pagavam aos sacerdotes para que estes realizassem os cultos diante da estátua.

Grande parte da vida econômica egípcia durante o Novo Império estava centrada nos templos, locais de residência divina. Segundo Cardoso (1987), isto foi resultado de uma divisão de trabalho dentro do aparelho estatal, o palácio passou a se encarregar da política externa, da defesa do país e de obras de infra-estrutura, deixando cada vez mais aos templos a gestão econômica do Estado. Assim os templos controlavam uma porção sempre maior de terras, rebanhos, oficinas e o comércio. A maioria das terras sob o domínio dos templos era arrendada, com uma partilha de 50% da produção entre o templo e o arrendatário (Smith 1972: 716). A riqueza dirigida aos deuses fluía de uma grande diversidade de fontes, ambas na forma de bens de valor e permanentes fontes de renda. A maior parte dessas rendas era fornecida pelas terras que o templo possuía para o cultivo. Os templos também tinham em sua propriedade rebanhos, locais para pesca, tinham direito de caçar aves, produziam linho, que era manufaturado pela oficina do templo, possuíam vinícolas e o acesso às fontes de minerais, bem como o direito à exploração das minas. Presentes reais em pedra preciosas e metais surgem como fonte de renda e um reflexo da piedade do Faraó.

No ato de inauguração de um templo, este era dotado com tudo o que fosse necessário para o início das atividades rituais. Esta doação compreendia os objetos de culto e provisões do depósito real. Além disto, o templo recebia terras para cultivo, rebanhos e oficinas. A administração dos estabelecimentos religiosos estava nas mãos de um funcionário conhecido como *hem neter*, “o servo de deus”. O *hem neter* foi muito mais um administrador do que um sacerdote. Era ele quem conduzia os negócios do templo, detinha autoridade sobre todos os trabalhos e administrava as rendas dos domínios divinos. Os ritos e as cerimônias diárias eram realizados pelos *uabs*, “os puros”, que podemos considerar como os verdadeiros sacerdotes da religião egípcia. Todo o staff do templo era subordinado ao Vizir. “O pessoal empregado pela casa de um deus era responsável não só pela manutenção física e espiritual do principal centro de culto, como também pela boa marcha dos cultos subsidiários, e pela administração e controle econômico de toda a terra e propriedades do templo”. (Cardoso 1987: 147).

Os templos não eram totalmente isentos da cobrança de impostos, eles deveriam pagar cerca

de 1/10 da renda de suas terras ao palácio. Em contra-partida, os templos recebiam presentes reais, que faziam parte da renda real, assim, a taxação agrícola dos templos precisa ter sido em efeito uma troca recíproca de valor (Kemp 1977: 128). Existem indícios de que os templos produzissem um grande excedente de renda (Menu 1998), que era em parte estocado e em parte destinado ao comércio, principalmente os itens perecíveis, como alimentos e o linho. Os responsáveis pela venda desse excedente eram os agentes comerciais, que faziam parte da tripulação dos barcos dos templos. Esses agentes parecem ter sido uma característica regular do staff dos templos. Assim, os templos uniam os dois lados da atividade econômica, pois coletavam as taxas dos centros produtivos e trocavam o excedente desta produção por outros itens. Os agentes não comercializavam apenas com os produtos dos templos. No momento em que os barcos atracavam em algum porto, os marinheiros e agentes iam até o mercado no banco do rio, *mryt*, para obter suprimentos e alimentos prontos, que eram trocados com suas rações e salários em grãos. Boa parte desses alimentos era preparada por mulheres em suas casas e vendida nos mercados a barqueiros e agentes, que desejavam variar um pouco a dieta pobre das viagens.

Os festivais religiosos também tinham a sua importância econômica. Os festivais reuniam uma grande quantidade de pessoas nas vizinhanças do templo, o que permitia uma certa atividade comercial, sobretudo perto das muralhas dos templos (Smith 1972: 717). Havia, nestas ocasiões, distribuição de comida e bebida às comunidades urbanas e aldeãs. Esses festivais também tinham um papel ideológico considerável, pois reforçava o controle psicológico das elites sobre a sociedade em geral.

Comércio externo

O comércio externo egípcio era conduzido em duas direções: contatos diretos, com regiões vizinhas próximas, Canaã no Norte e a Núbia no Sul; e contatos indiretos, por intermédio dessas regiões com áreas mais distantes.

O pessoal envolvido nesta forma de comércio formava um grupo social bem delimitado, represen-

tando uma profissão especializada caracterizada tanto pela organização de caravanas, como pelo comércio marítimo. Essa forma particular de comércio administrativo não deve se confundir com outros tipos de comércio, como por exemplo o mercado local. Os artigos principais desse tipo de comércio eram produtos de luxo, objetos de prestígio e suas matérias primas.

O comércio que se desenvolvia entre zonas tão distantes não aparece em nenhum momento como uma atividade voluntária dos indivíduos, não sendo, portanto, uma extensão das trocas diretas que aconteciam nos mercados locais. Esta era uma atividade estruturada, de pessoas que realizavam suas tarefas de acordo com a autoridade de organizações institucionais. No caso egípcio, o comércio externo foi uma prerrogativa do governo, sendo que os indivíduos que participavam desta atividade comercial eram usualmente agentes dos templos ou da coroa. Este “homem de negócios” como Kestmont (1977: 192) definiu, podia ser investido de cargos diplomáticos ordinários. Desta maneira, os funcionários do setor público de transportes, que eram os responsáveis pela organização e gerenciamento do comércio de longa distância, constituíam a base da diplomacia ordinária. Isto notadamente acontecia no Egito Antigo, durante o Novo Império. Helck (*apud* Kestmont 1977: 193), em sua análise de uma missão comercial egípcia, verificou que dos 30 funcionários existentes na missão, 15 eram ditos diplomatas e outros 8 faziam parte da comitiva. Mas todos esses “diplomatas” eram funcionários do setor de transportes, oficiais, marinheiros, oficiais de cavalaria etc.. Assim, pode-se dizer que existia uma grande permeabilidade entre o comércio de longa distância e o sistema de transporte.

O foco das transações era o porto de comércio, ou seja, cidades cuja função específica era de servir como ponto de encontro de mercadores de longa distância. Os portos de comércio eram regiões politicamente neutras, dedicadas ao comércio inter-regional, onde os países não comercializavam diretamente, mas utilizavam o auxílio de intermediários. Os portos de comércio eram os únicos locais que cumpriam todas as exigências para a realização deste tipo de contato, ou seja, segurança, garantias e neutralidade política. Esse último aspecto era essencial, pois só desta maneira se poderia assegurar a continuidade do abastecimento e a segurança dos enviados estran-

geiros e suas propriedades. Esta neutralidade era conseguida através de tratados e acordos que versavam sobre o desembarque, o transporte e o armazenamento dos produtos. É a existência dos portos de comércio que na opinião de Revere (1974: 100) garantia a independência das cidades costeiras na antiguidade. Ugarit, que funcionava sob influência egípcia, e Al Mina, que estava sob influência hitita, no Final da Idade do Bronze, são bons exemplos de portos de comércio, o mesmo talvez possa ser dito de Kommos no Egeu e de Biblos.

As transações entre os países aconteciam por troca epistolar, o que significa dizer que o comprador, através de cartas, determinava os produtos de sua necessidade; o vendedor, por sua vez, enviava as mercadorias e também por carta fixava o valor que deveria ser-lhe restituído em troca.

Mesmo em sociedades baseadas em uma economia de reciprocidade e redistribuição como a egípcia, parece claro que, quando ligadas pela necessidade de importar produtos vitais como o estanho, essas sociedades eram forçadas a se acomodar em um sistema econômico mais compatível com o comércio e exportação. Um sistema baseado na reciprocidade e nos dons não exclui a possibilidade da existência de um sistema comercial de transações concomitantes em respostas a situações externas. Assim, muitos níveis de troca e comércio podem ter existido contemporaneamente nas sociedades antigas.

O comércio externo no Mediterrâneo e no Oriente Próximo, na Idade do Bronze, era um comércio diplomático. As chamadas cartas de Amarna (correspondência diplomática entre Amenófis III e Akenaton (Egito), e os reis da Babilônia, Assíria, Mitani e Hititas) exemplificam bem esse sistema de troca baseado em presentes entre as cortes do Antigo Oriente Próximo. Nessas correspondências diplomáticas, o modelo de redistribuição e reciprocidade fica muito bem atestado. Essas cartas nos revelam que todos os despachos diplomáticos eram acompanhados por presentes, como pode ser observado nas cartas EA 7, 35, 39 (presentes vindos de Chipre), 9, 13 e 14 (presentes vindos da e para a Babilônia) 16, 22 e 25 (presentes vindos de Mitani), 19 (presentes vindos de Ugarit). O valor dos presentes era muito bem descrito, na esperança de se obter algo em retribuição. Por exemplo, os despachos de Amenófis III e Akenaton eram sempre acompa-

nhados de suntuosos presentes sendo que qualquer país que tivesse o Egito como inimigo interpretaria esses presentes como pagamento de tributo enviados pelo Faraó.

Os metais preciosos eram sempre avaliados em *minas* e *shekels* (unidades de conta e de valor na Mesopotâmia) nas transações do Egito Antigo com a Mesopotâmia durante o Novo Império. Heltzer (1994: 319) nos mostra que existia uma certa relação entre o assírio *shekel* e a peça egípcia. Este autor afirma ter sido costume dos assírios igualar o valor de sua unidade de conta à de outros países a fim de facilitar as relações comerciais. A *mina* pesando 470g foi dividida em 40 *shekels* para facilitar o comércio com os hititas no século XIII a.C., igualando-a, assim, ao sistema hitita valendo um *shekel* 11,75g. Para o comércio com os egípcios, a *mina* foi dividida em 50 *shekels*, passando o *shekel* a valer, então, 9,4g, aproximadamente o valor do *kite* egípcio que pesava 9,1 g. É de se salientar que para o comércio com Karkemish (politicamente dependente dos hititas), a *mina* foi dividida em 60 *shekels*, assim, cada *shekel* valia 7,83g, peso parecido com o da peça egípcia de 7,6g. Evidentemente, toda essa paridade metrológica facilitava em muito as relações comerciais, facilitando também o controle dos inventários de produtos enviados e recebidos.

Ainda em relação aos inventários relativos às relações de troca entre países, a adoção do modelo de reciprocidade é típica durante o período armaniano (1367-1350 a.C.) e ramessida (1308-1090 a.C.). Encontram-se algumas variações em torno das relações de afeição descritas nos inventários: “meu senhor, seu servo necessita de tal e tal produto”, ou ainda “meu grande pai, seu filho lhe pede ...”. Como podemos observar na carta EA 7 diz o Rei da Babilônia ao Faraó: “Como é dito nas terras do meu irmão há de tudo e meu irmão de nada necessita, em minha terra há de tudo e eu também nada necessito, entretanto temos recebido de nossos predecessores uma boa relação de amizade, enviamos e recebemos presentes uns dos outros, pode esta relação continuar a perdurar?” ou ainda na EA 11: “entre reis há irmandade, fraternidade, alianças e boas relações se há abundância de pedras preciosas, ouro e prata” Segundo Zaccagnini (1990: 59) isso é bem típico de uma época quando não existia uma hegemonia absoluta de um país, mas sim um certo equilíbrio político e militar na região. As cortes passavam a

funcionar como grandes casas domésticas. A comunicação e o tratamento entre as cortes se fazia em nível de igualdade onde a reciprocidade era realizada para benefício de todos os envolvidos.

O caráter de obrigatoriedade que Mauss percebeu em sua pesquisa pode também ser percebido aqui. Aqueles que não se aceitavam como “irmãos” eram colocados de fora das transações e não eram reconhecidos politicamente. Se comparado com o sistema de trocas interno, cotidiano do Egito Antigo, percebe-se uma grande similaridade, já que, aquele que se negasse a participar do sistema era marginalizado e de certa forma excluído da comunidade. Isso porque seja no aspecto internacional ou interno das transações de troca, cada envio ou empréstimo, cada doação de um presente era mantenedor do sistema, já que forçava o outro a uma retribuição e assim por diante. Uma carta recebida por Amenófis III (1411-1375 a.C.) do rei dos mitanis, Rib-Adda, ressalta a importância de se participar desse sistema de reciprocidade, dizia a carta: “embora meu pai recebesse no passado prata do Faraó, eu não tenho recebido nada de meu irmão, enquanto os outros recebem” (Aldred 1970: 111). Quando as transações são puramente comerciais, percebe-se que não há restrições quanto ao número e à qualidade dos participantes. Mas quando falamos desses sistemas de prestações totais as implicações políticas e morais são muito maiores. Não se permitia a troca de presentes com potências inimigas. Assim, por exemplo, se A é inimigo de C, pode ele comercializar com B, mas B não pode comercializar com C. Dessa forma, B faz a relação com C parecer remessa de tributo, contribuição forçada, e não aparentar uma troca de presentes. Portanto, uma mesma troca é relatada por C como troca de presentes e por B como remessa de tributos (Zaccagnini 1990). Um claro exemplo desta política pode ser observado na carta EA 9, onde se pode ler o Rei da Babilônia dizendo: “Em relação aos assírios digo; não os enviei até você, porque eles foram ao seu país? Se quer continuar meu amigo não faça negócios com eles, envie-os de volta com as mãos vazias”

Comércio de metais, notadamente metais preciosos, ouro e prata, e metais básicos, cobre e estanho, representou um dos maiores aspectos do comércio na Idade do Bronze, sendo o Egito um dos principais parceiros comerciais neste cenário. Renfrew (1972:440-475) argumenta que o cresci-

mento na escala do comércio de metais durante o terceiro milênio a.C. estimulou o desenvolvimento do comércio internacional e tornou possível o acúmulo de riqueza no Egeu, Anatólia e Oriente Próximo.

“Ox hide ingots” (objetos de metal, geralmente de cobre que assumiam a forma de uma pele de boi), representam o mais conhecido grupo de artefatos de metal do Mediterrâneo no final da Idade do Bronze. Esses lingotes, pesavam normalmente cerca de 30 quilos, e foram descobertos em sítios datados no 16º ao 12º século a.C. por todo o Mediterrâneo (Budd, Polardi, Scaife e Thomas 1995: 1). Devido à grande difusão de sua distribuição e sua presença em cargas marítimas de grande escala, esses lingotes têm sido de particular interesse para o estudo do comércio no Mediterrâneo, no final da Idade do Bronze. Para Renfrew (1972:470), o comércio de “ox hides ingots” representava o que ele chama de “troca comercial direcionada”, ou seja, aquisição de produtos não avaliáveis internamente. O comércio de metais parece ter sido caracterizado pela concentração da produção em áreas controladas e por intenso comércio inter-regional, o que é especialmente verdade para o cobre, que durante a Idade do Bronze chegava ao Oriente próximo, através de duas principais regiões minerais, Alasya-Chipre no oeste e Magan-Oman no leste (Liverani 1990: 68). O mesmo pode ser dito em relação ao ouro que era um monopólio egípcio, ou ao incenso que era uma exclusividade de Punt ou ainda em relação ao lápiz lazuli do Afeganistão.

Muito deste sistema de produção monopolista e de comércio inter-regional foi limitado, em primeiro lugar, pelo sistema político caracterizado por unidades regionais, com contatos conduzidos em um nível palacial, e, em segundo lugar, pelas necessidades das unidades adjacentes (Liverani 1990: 69).

Outra região do Oriente Próximo que despertava a cobiça dos egípcios foi Canaã. A posição geográfica desta cidade em relação às rotas comerciais, já que se situava entre o Egito, a Mesopotâmia e o Líbano, foi o fator preponderante na sua conquista pelos egípcios. A verdadeira importância de Canaã para o Egito foi o controle que esta região permitia das rotas que desembocavam nos principais centros comerciais do interior da Mesopotâmia.

Em relação ao comércio egípcio com o Egeu, os objetos egípcios compreendem a vasta

maioria dos objetos orientais descobertos nesta região. Os dados sugerem que o Egito dominou o comércio com o Egeu no final da Idade do Bronze e que os minóicos foram os parceiros com que os egípcios comercializavam (Giles 1993: 63).

Os objetos egeus descobertos no Egito (White 1985) parecem ocorrer principalmente durante os reinos de Hatshepsut a Akenaton (1473 – 1335 a.C.) e no reinado de Ramsés II (1290 – 1224 a.C.). Em outra direção, os objetos egípcios descobertos no Egeu, são relativamente poucos em número. Enquanto esses objetos são indicativos de contato, eles não fornecem claras evidências de um comércio regular. Na era pós-arianiana (a partir de 1335 a.C.), o Egito, com exceção do governo de Ramsés, figurava como um participante menor no comércio marítimo do Mediterrâneo ocidental. Mercadores estrangeiros coletavam produtos egípcios em diversos portos, embarcando-os para a Ásia Menor e para o Egeu. Assim, neste período, os egípcios tinham pouco, ou quase nenhum, contato direto com estas regiões.

Evidências encontradas nos tabletes de Linear B atestam os contatos que existiram entre o Egito e o Egeu. Duas palavras encontradas em alguns tabletes, *mi-as-ra-jo* e *a-ku-pi-ti-jo*, tinham por significado respectivamente, egípcios e “Homens de Menfis”. Palavras como *ku-ru-so*, ouro, e *e-ri-pa*, ferro ou talvez cobre, demonstram que esses produtos faziam parte das transações entre os dois países. Referências aos egeus são mais comuns no Egito, embora também existam em Ugarit e na Babilônia. Algumas tumbas egípcias documentam o contato com o mundo Egeu no Novo Império, por meio de cenas onde aparecem os nomes *Keftiu*, minóicos, e *Tanaja*, Grécia continental.

As relações comerciais egípcias não se resumiam a contatos com o Egeu e com outras localidades do Oriente Próximo, mas também com o interior da África.

Punt, atual Somália, foi uma importante área africana de comércio para os egípcios. Os contatos com a terra de Punt são bem atestados nas cenas de tumbas do Novo Império e nos relevos do templo mortuário de Hatshepsut, em Deir el Bahari. Os produtos comercializados com esta região incluíam incenso, ébano, gado de chifre longo e peles de pantera e chita. Embora o comércio com Punt seja atestado desde o Antigo Império (2575-2134 a.C.), é no período entre os

governos de Hatshepsut e Ramsés III (1473-1163 a.C.) que ele atinge seu apogeu. Após este período, cessam as referências a Punt no Egito, o que indica que provavelmente os contatos deixaram de existir.

Montet (1957: 66) tem demonstrado que as viagens comerciais egípcias a Punt e Biblos estavam de certa maneira conectadas. Para o autor, existia uma rota Punt-Biblos, que era mantida e intermediada pelo Egito.

Outra região africana muito cobiçada pelos egípcios foi Kush. Com a conquista de Tutmósis III da região sul do Egito, toda a área da terceira catarata do Nilo passou a ser controlada pelos egípcios. Esta região era importante, pois mesmo sendo de baixa população e pobreza agrícola, possuía diversas minas de ouro, além do fato de ser vital para as rotas comerciais do deserto, já que ligava a alta Núbia com o norte de Butana.

Conclusão

Pelo que foi exposto acima, podemos dizer que a economia egípcia era regida por dois princípios básicos, Redistribuição e Reciprocidade. É nossa opinião que as trocas em geral no Egito Antigo durante o Novo Império, embora estivessem inseridas em diferentes esferas, estavam, de uma certa maneira, todas regidas por estes dois princípios.

Como foi dito anteriormente, o sistema de redistribuição estava assentado na forma de uma superestrutura sobre a sociedade aldeã. Neste sentido, o papel das vilas como unidades de taxaço e conscriço é absolutamente claro. Todo o excedente produzido nas vilas era coletado e redistribuído pelo Estado. Os vários braços do Estado, Celeiros, Tesouro e Templos supriam as necessidades da população com base no status de cada indivíduo. O fato de o Estado abastecer a população através do sistema de redistribuição restringia, em nossa opinião, pelo menos em teoria, a existência do mercado como uma instituição formadora de preços. McDowell (1999) sugere com base em algumas fontes, notadamente o O. DeM 146, O. DeM 419, O. Berlim 12343, e o O. Gardiner 3, a existência de uma produção especificamente voltada para o comércio. Que este tipo de produção voltada para o comércio existia não

há dúvidas, o problema é que não sabemos o volume e o significado deste tipo de atividade. Nos parece claro que este tipo de atividade não visava à acumulação através da manipulação da oferta e da procura, muito menos através da manipulação dos preços, pois toda esta produção era de uma certa maneira parte do sistema de redistribuição do Estado, isto porque a matéria-prima e as ferramentas utilizadas para a manufatura dos objetos postos a venda eram todos doados pelo Estado. O contexto aqui é o dos trabalhadores de Deir el Medina, que em seu tempo vago utilizavam as ferramentas e matérias-primas cedidas pelo Estado para a construção das tumbas do Vale dos Reis, para manufaturarem objetos, em sua maioria funerários, que eram colocados a venda. Como esses trabalhadores não precisavam comprar a matéria-prima e nem as ferramentas para a confecção dos objetos, pois a recebiam do Estado, eram totalmente inábeis para calcular os custos da produção e, assim, o preço do objeto. Não há neste caso investimento de capital na ordem para aumentar a riqueza individual. Portanto, se os antigos egípcios não acumulavam capital na forma de riqueza através do comércio, deveriam existir outras forças que motivavam a economia como um todo. A nosso ver, essa motivação era muito mais social do que puramente econômica. As trocas serviam na realidade para cimentar as relações sociais e realocar os produtos onde esses fossem necessários. O que se busca é a satisfação das partes em uma transação e não a formação do lucro.

Deixem-nos lembrar a questão das trocas na esfera doméstica. Um bom exemplo deste tipo de transação pode ser visto no O. Petrie 14:

“O provador *Mena* contestou com o carregador de água *Tja*’o dizendo: eu dei a ele, 27 *deben* de cobre na forma de vários valores, dizendo, traga-me um burro. Lista do que foi dado:

1 lenço de cabeça	12 <i>deben</i>
1 manta de tecido fino	8 <i>deben</i>
1 par de sandálias	2 <i>deben</i>
1 saco de trigo	1 <i>deben</i>
4 sacas de farinha	4 <i>deben</i>
Total dado	27 <i>deben</i>

Ele trouxe o burro, mas eu retornei, ele me enviou outro, mas este não era bom, diga isto a ele e peça outro burro ou mesmo meu ‘dinheiro’ ”

Aqui fica claro que o comprador, a fim de saldar o valor estipulado, lançou mão de diversos produtos. Mas, às vezes, esses produtos tinham que ser coletados como “presentes” entre amigos e vizinhos, pois o comprador não os dispunha no momento, como podemos ver no O. DM 643:

“Hay, o deputado	5 pães, 1 esteira
Patjasa	0,25 sacas de trigo, 2 pães
Monthupahapy	0,25 sacas de trigo, 1 pão
Nubemry	5 pães
Nisamem	4 pães
Tawerethery	1 jarro de cerveja, 5 pães, 1 ka
Henutwaty	4 pães
Basa	5 pães
Mutemopet	4 pães
Wabet	10 bolos, 2 feixes de vegetais, 1 jarro de cerveja, etc.

No caso do O. DM 643, o que temos é o registro dos “presentes” oferecidos por certos indivíduos na ocasião de uma festa. Os presentes eram anotados a fim de que o anfitrião os retribuía na ocasião propícia. Embora o contexto seja diferente, o processo de obtenção de objetos e produtos entre vizinhos e amigos é o mesmo, ou seja, todos aqueles “presentes” que o comprador necessitava para saldar o valor estipulado pelo vendedor eram anotados por aqueles que presentavam e por aquele que recebia o presente.

Parece claro que em transações como estas não há espaço para a formação de lucro, pois o que temos é a troca simples de um produto por outro. No Egito Antigo, poucas pessoas parecem ter trabalhado de maneira totalmente independente do sistema institucional. Ninguém que foi proeminente no Novo Império atingiu o sucesso independente da base do Estado. O sucesso e a riqueza provinham do Faraó. Não há indícios de nenhuma pessoa que tenha enriquecido através do comércio ou da manufatura e, como salienta Kemp (1989: 259), nenhum indivíduo de destaque na história egípcia utilizou o título de *swtjw*. Todos os indivíduos, pastores, artesãos, funcionários, oficiais, estavam ligados a uma instituição. Isto não exclui de todo a iniciativa privada, mas reduz significativamente seu quadro de atuação.

A própria fraseologia utilizada nos contratos de troca não faz nenhuma distinção de tipos entre o produto ou a quantidade de metal trocado, assim, como diz Bleiberg (1999), “um egípcio diz indife-

rente; eu dei 5 *kite* de prata por dez *hin* de óleo, ou, eu dei dez *hin* de óleo por 5 *kite* de prata” Nenhuma distinção é feita entre comprador e vendedor. No vocabulário egípcio não existiam palavras para descrever a compra ou a venda de objetos. O fato de não haver distinção entre compra e venda e entre comprador e vendedor nos contratos de troca egípcios, ressalta o sentido de escambo destas relações. Se analisarmos o P. BM 10052 8: 7, veremos que o verbo *rdit* (dar) é utilizado para descrever os dois lados da transação, “Eu dei cevada para o trabalhador Pnufer e ele me deu 2 *kite* de prata”. Como afirmou Bleiberg (1996: 23), a diferença psicológica entre comprar e vender não é reconhecida se a ação de ambas as partes é descrita pelo mesmo verbo, e conclui, “Um verdadeiro sistema de mercado, gerador de lucro, reconheceria esta essencial diferença entre compradores e vendedores”

No caso do comércio externo, este também é em grande parte regido pela reciprocidade. O que faz, por exemplo, o Rei de Mitani, como vemos na EA 39 e 40, enviar ferro para o Egito já que ele não produzia e, portanto, tinha a necessidade deste produto, e o Egito por outro lado possuía abundância deste metal no final da Idade do Bronze? O envio de uma carga pequena de ferro para o Egito seria por si só dispendioso. Aqui estamos diante do “Elementos Irracionais” de Liverani (1972). Esta irracionalidade desaparece se seguirmos os pensamentos de Frandsen (1989) e Zaccagnini (1990), ou seja, a intenção do Rei Mitani era enviar o carregamento justamente porque era desvantajoso para ele e porque ele precisava deste produto, pois o ato de dispor de um produto de que se necessita muito lhe confere prestígio e é um estímulo, uma certa provocação na intenção de receber o mesmo produto em troca. A principal função do carregamento de ferro é servir como presente e assim criar um contato social. O presente cria a necessidade de retribuição e assim estimula os mecanismos de troca através do envio de um material que ele tinha grande necessidade e ao mesmo tempo cimenta as relações sociais entre ambos os governantes. Exemplos como este são abundantes nas correspondências diplomáticas da era Armaniana e ramesida (1353-1196 a.C.).

No caso da esfera religiosa, o que são as oferendas senão uma troca com os deuses e antepassados? Trocam-se oferendas, objetos, alimentos por saúde, sorte, bem estar, riqueza,

vitórias, em suma, proteção. Como afirmou Mauss (1932-24: 9), o primeiro grupo de seres com quem o homem precisa ter feito contato são os espíritos dos ancestrais e os deuses (Mauss 1923-24: 9). A relação com os ancestrais e deuses é um meio pelo qual o prestígio social é medido entre as pessoas. Deixando de ser simples indicadores de status, presentes e oferendas para os mortos podem ser parte importante do mecanismo sobre o qual o status é fundado. “Como na guerra, o consumo de quantias grandes de riqueza na forma de sacrifício pode gerar um aumento na produção. Como as obrigações tendem a aumentar, o prestígio de um ou alguns indivíduos aumenta em proporção à sua capacidade de obter excedentes que possam ser transformados em bens de prestígio para sacrifício ou disposição com o morto” (Pearson 1984: 70). Rituais funerários, como manifestações sociais e políticas, entrelaçam aspectos econômicos e religiosos. Os rituais associados com os mortos, com os antepassados e com os deuses servem às vezes para a transferência de propriedade e responsabilidade, de acordo com as convenções de direitos e propriedade e leis. Por vezes, suprimentos agrícolas podem ser transformados em presentes para os vivos e para os mortos, através de festas fúnebres, banquetes e objetos que são colocados nas tumbas. Itens colocados junto

aos mortos podem ser considerados como um consumo econômico de materiais. Onde grandes quantidades de produtos preciosos são sacrificadas, distribuídas ou presenteadas ao morto, ou onde largas quantidades de trabalho são despendidas em monumentos dedicados ao morto, as esferas econômicas e religiosas são inseparáveis. É a idéia da imobilização de bens.

Para finalizar, as trocas podem ser estudadas dentro de um contexto social como parte de um sistema de produção, mas temos que lembrar que os artefatos utilizados nas trocas não são arbitrários. Eles são apropriados dentro de um contexto cultural, ideológico e histórico. Objetos têm significado como membros de categorias opostas a outras, e como conjunto de associações e evocações (Hodder 1987:10). É necessário desenvolver modelos de sistemas de troca nos quais a transferência de produtos tenha um relativo valor cultural. O envolvimento da troca na construção de estratégias sociais depende da manipulação do simbolismo e do contexto significante dos artefatos. Isto porque há um conjunto interligado de relações de troca, estratégias sociais e símbolos dentro de cada contexto histórico. Para isto é necessário identificar diferentes associações de simples artefatos, em cada contexto cultural.

PELLINI, J.R. Reciprocity and redistribution in Ancient Egypt during the New Kingdom. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 143-163, 2002.

ABSTRACT: The economy of Ancient Egypt during the New Empire was based on two principles: redistribution and reciprocity. Redistribution was the domain of estatal sphere, what means to say that all resources moved from periphery to centre and were redistributed to everyone according to status. Reciprocity worked out in the domestic sphere, reallocating goods where they were needed as well as it cemented social relationships. This two systems controlled the distribution and exchange of goods in Ancient Egypt

UNITERMS: Ancient Egypt – Archaeology – Economy – Exchange.

Referências bibliográficas

- ALDRED, C.
1970 The Foreign Gifts Offered to Pharaoh. *Journal of Egyptian Archaeology*, 56: 105-117.
- ALLAM, S.
1998 Affaires et Opérations Commerciales. N. Grimal; B. Menu (Eds.) *Le Commerce em Égypte Ancienne*. Paris, Institut Français d'Archéologie Orientale: 133-156
- BICKEL, S.
1998 Commerçants et Bateliers au Nouvel Empire. Mode de Vie et statut d'un Groupe Social. N. Grimal; B. Menu (Eds.) *Le Commerce em Égypte Ancienne*. Paris, Institut Français d'Archéologie Orientale: 157-173.
- BLEIBERG, E.
1984 The King's Privy Purse during the New Kingdom: An Examination of B3KW(T). *Journal of American Research Centre in Egypt*, 21: 155-167.
1995 The Economy of Ancient Egypt. J. Sasson (Ed.) *Civilizations of the Ancient Near East* New York, Charles Scribner's Sons, vol 1: **PÁGINAS??**
1996 *The Official Gift in Ancient Egypt*. Oklahoma: Oklahoma University Press.
- BOHANNAN, P.
1955 Some Principles of Exchange and Investment Among the Tiv. *American Anthropologist*, 57: 60-70.
1959 The Impact of Money on a African Subsistence Economy. *Journal of Economic History*, XIX (4): 491-503.
- BOHANNAN, P.; DALTON, G.
1962 *Markets in Africa*. Northwestern University Press.
- BUDD, P.; POLLARD, A.; SCAIFE, B.; THOMAS, R.
1995 Oxhide Ingots, Recycling and the Mediterranean Metals Trade. *Journal of Mediterranean Archaeology*, 8 (1): 1-32.
- CARDOSO, C.F.
1987 *Uma interpretação das Estruturas Econômicas do Egito Faraônico*. Tese submetida como parte dos requisitos do Concurso para Professor de História Antiga da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- CERNY, J.
1953-54 Prices and wages in Egypt in the Ramesside Period. *Cahier's de Histoire Mondiale*, Tomo I, vol. 4: 903-922.
- DALTON, G.
1967 Primitive Money. *Tribal and Peasant Economies*. New York, Natural History Press: 254-281.
- DAUMAS, F.
1965 *La civilisation de l'Égypte pharaonique*. Paris-Grenoble: Arthaud.
- ENGLUND, G.
1987 Gifts to the Gods. A necessity for the Preservation of Cosmos and Life. Theory and Praxis. *Boreas*, 15: 57-66.
- EYRE, C.
1998 The Market Women of Pharaonic Egypt. N. Grimal; B. Menu (Eds.) *Le Commerce en Égypte Ancienne*. Paris, Institut Français d'Archéologie Orientale: 173-191.
- FRANSEN, P.
1989 Trade and Cult. G. Englund (Ed.) *The religion of Ancient Egyptians. Cognitive Structures and Popular Expressions*. *Boreas*, 20: 95-108.
- GARDINER, H.
1906 Four papyri of the 18th dynasty from Kahun. *Zeitschrift für ägyptische Sprache und Altertumskunde*, 43: 27-47.
- GILLIS, C.
1993 Trade in Late Bronze Age. C. Gillis (Ed.) *Trade and Production in Premonetary Greece: Aspects of Trade*. Paul Astrom Sweden; William Gibsons: 61-87.
- GODELIER, M.
1999 *The Enigma of the Gift*. Chicago: Chicago University Press.
- HARING, B. J.
1997 *Divine Households. Administration and economic Aspects of the New Kingdom Royal Memorial Temples in Western Thebes*. Nederlands Instituut voor het Nabije Oosten, Leiden.
- HELTZER, M.
1994 Trade between Egypt and Werstern Asia: New Metrological Evidence. *Journal of Economic and Social History of Orient*, 37 (IV): 318-321.
- HODDER, I.
1987 *The Archaeology of Contextual Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JAMES, T.G.H.
1984 *Pharao's Peoples. Scenes from Life in Imperial Egypt*. London: Pitman Press.
- JANSSEN, J.
1975 *Commodity Prices from the Ramesside Period. An Economic Study of the Village of Necropolis Workmen at Thebes*. Leiden: E.J. Brill.
1975a Prolegomena to the Study of Egypt's Economic History During the New Kingdom. *SAK*, 3: 127-185.
1982 Gift-Giving in Ancient Egypt as an Economic Feature. *Journal of Egyptian Archaeology*, 68: 253-258.
1994 Debts and credit in the New Kingdom. *Journal of Egyptian Archaeology*, 80: 129-136.
- KEMP, B.
1989 *Ancient Egypt. Anatomy of a Civilization*. New York: Routledge.
1977 The City of Amarna as a Source for the Study of Urban Society in Ancient Egypt. *World*

- Archaeology*, 9: 123-140.
- LICHTHEIM, M.
1976 *Ancient Egyptian Literature. Vol. II, The New Kingdom*. Berkley: University of California Press.
- LIVERANI, M.
1979 Dono, Tributo, Commercio: Ideologia dello Scambio nella Tarda Età del Bronzo. *Annali dell Istituto Italiano de Numismatica*, 26: 2-28.
1990 The collapse of the Near Eastern Regional System at the End of the Bronze Age: The Case of Syria. M. Rowlands; M. Larsen; K. Kristiansen (Eds.) *Center and Periphery in the Ancient World*. Cambridge, Cambridge University Press: 66-73.
- MAUSS, M.
1923-24 Sobre los dones y sobre la obligación de hacer regalos. *Année Sociologique*, 2a.série: 155-263.
- MCDOWELL, A.
1999 *Village Life in Ancient Egypt. Laundry Lists and Love Songs*. Oxford: Oxford University Press.
- MENU, B.
1982 *Recherches sur l'Histoire Juridique, Economique et Sociale de L'Ancienne Egypte*. Versalhes: Edição da autora.
1998 *Recherches sur l'Histoire Juridique, Economique et Sociale de L'Ancienne Egypte. Vol II*. Institut Français D'Archéologie Orientale, Cairo.
- MORET, A.
1972 *The Nile and Egyptian Civilization*. London: Kegan Paul.
- NORTH, D.
1977 Markets and Other Allocation Systems in History: The Challenge of Karl Polanyi. *Journal of European Economic History*, 6: 703-716.
- NUR EL DIN, M.
1994 Terms of Payment in Demotic. S. Allam (Ed.) *Grund und Boden in Altgypten: Rechliche und Sozio Ökonomische Verhältnisse*. Akten des Internationalen Symposions. Tübingen, 18-20 juni 1990. Tübingen: 285-288.
- PEARSON, H.
1965 *Trade and Market in the Early Empires. Economies in History and Theory*. New York, Collier Macmillan: 243-269.
- PEET, G.
1932 The Egyptian Words for "Money", "Buy", and "Sell". *Studies Presented to F.L.L. Griffith*. Egypt Exploration Society. Oxford University Press: 122-127.
- POLANYI, K.
1965 The Economy as Instituted Process. K. Polanyi; C. Arensberg; H. Pearson (Eds.) *Trade and Market in the Early Empires. Economies in History and Theory*. New York, Collier Macmillan: 243-269.
- PRYOR, F.
1977 *The Origins of The Economy. A comparative Study on Distribution in Primitive and Peasant Economies*. New York: Academic Press.
- RENFREW, C.
1972 *The Emergence of Civilization*. London: Methuen.
- REVERE, R.
1974 No Man's Coast: Ports of Trade in the Eastern Mediterranean. K. Polanyi; C. Arensberg; H. Pearson (Eds.) *Trade and Market in the Early Empires. Economies in History and Theory*. New York, Collier Macmillan: 38-63.
- SMITH, H.
1972 Society and Settlement in Ancient Egypt. P. Ucko; R. Tringham; G. Dimbleby (Eds.) *Man, Settlement and Urbanism*. London, Duckworth: 705-719.
- WHITE, D.
1986 Excavations on Bate's island, Marsa Matruh. *Journal of American Research Center in Egypt*. Vol. 23: 75-84.
- ZACCAGNINI, C.
1990 Aspects of Cerimonial Exchange in the Near East during the Late Second Millenium B.C.. M. Rowlands; M. Larsen; K. Kristiansen (Eds.) *Center and Periphery in the Ancient World*. Cambridge, Cambridge University Press: 57-65.